

Para (re)ler os dois Brasis

O Brasil é um país complexo, difícil de se deixar interpretar. Pode ser comparado a um rio de águas turvas e sinuosas que esconde, em sua aparência mansa e rasa, correntezas insidiosas e sumidouros profundos.

Por conta dessa impressão, o país tem sido retratado, pelos de dentro e pelos de fora, de modo ambivalente. Ainda que estivessem à procura de traços comuns que permitissem destacar a identidade nacional, as análises daí resultantes não poderiam ser mais contraditórias.

Com isso, o Brasil já foi descrito como laboratório humano de experiências raciais ou como palco de todas as taras e dos vícios mais lascivos, mas também, e com o mesmo ardor retórico, como um pedaço do Éden ou como o país do futuro.

Essa perspectiva ambivalente levou alguns intelectuais, a partir de meados do século passado, a pensar o Brasil como duas entidades distintas e opostas e a realidade imediata parecia confirmar a tese da antinomia norte *versus* sul, e seus pares correlatos: campo *versus* cidade, miséria *versus* abundância, popular *versus* erudito etc.

Se o país se encontrava cindido em duas bandas, era lícito, ainda que demasiado esquemático, achar que se tratava de dois Brasis, um arcaico e outro moderno. Essa tese, se não me engano, ganhou visibilidade com a publicação de *Os dois Brasis*, de Jacques Lambert, incluído na prestigiosa coleção Brasileira da Companhia Editora Nacional.

Nesse livro, o autor chama a atenção para o fato de que se observa, “dentro do próprio Brasil, a mesma diferença grandemente acentuada entre o país novo, próspero e em constante transformação, e a sociedade velha, miserável e imóvel, que se nota no plano

internacional”. Em contraste com essa cultura arcaica, principalmente mas não exclusivamente rural”, prossegue Lambert, “a atividade dos habitantes de São Paulo e, em seu redor, da maior parte dos Estados do Sul, acarreta a formação de uma outra sociedade, muito mais móvel e evoluída”.

Logo assimilada pelas elites locais, a tese dos dois Brasis, com seu viés determinista, parecia confirmar a adequação das discriminatórias políticas públicas de investimento em infra-estrutura e serviços essenciais dos regimes que seguiriam ao golpe de 1964, em que as Regiões Sul e Sudeste sairiam reconhecidamente beneficiadas.

Mas um livro admite muitas interpretações, e muitos usos. Se é fato que Lambert se deixa encantar pela própria voz, monocórdica e diacrônica, também é verdade que sua reflexão deixa entrever uma perspectiva dialética desse processo desigual, ainda que apenas esboçada.

Se o Brasil é, ao mesmo tempo, moderno & tradicional, urbano & erudito, é só por meio do contraste (não foi Roger Bastide, outro francês, que disse que somos uma terra de contrastes?) que ele se deixará revelar. É só a partir das “conjunções”, como propõe o antropólogo Roberto DaMatta, em sua análise da contribuição de Gilberto Freyre, “que podemos ver melhor as oposições, sem desmanchá-las, minimizá-las ou simplesmente tomá-las como irredutíveis”.

Não poderíamos então concluir, com DaMatta, que o segredo de uma correta interpretação do Brasil reside nas análises daquilo que está “entre” as coisas?